



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETUBAL

Realizada em 18 de julho de 2018

N.º 14/2018

Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezasseis horas e treze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal Manuel Joaquim Pisco Lopes e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

Faltou a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, por se encontrar ausente em representação do Município, de acordo com o Despacho n.º 133/2018, anexo à presente ata, sob o registo n.º 1.

O Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José esteve presente em substituição do Sr. Vereador Paulo Alexandre da Cruz Lopes, ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 e 3.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa das prestações de serviço realizadas no mês de junho de 2018, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.

- f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina, no âmbito do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vice-Presidente – Temos quórum, são 16h13 e às 17h13 no limite, esperando que não seja preciso chegar até lá, terminamos o período de antes da ordem do dia, a partir daí entramos na fase liberativa.

Relembro para que não haja dúvidas, equívocos e confusões, nos termos do artigo 50º, n.º1, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, só pode haver deliberações para os assuntos que constem do período da ordem do dia, ou seja, antes da ordem do dia vamos debater aquilo que está previsto, as moções as recomendações, o que entenderem, mas este período não é vinculativo para o órgão executivo, é vinculativo para os senhores vereadores que apresentem propostas, que as debatam, etc., é vinculativo para as bancadas que tomem as suas posições aderindo às posições dos outros, fazendo consenso, não fazendo consenso, mas daí não resulta uma deliberação antes da ordem do dia, porque ela não foi transformada em proposta. Estamos esclarecidos?

Sei que é prática corrente fazer-se isso, votam-se as moções, vota-se tudo. No voto de pesar ou no voto de louvor basta cada bancada manifestar a sua concordância e se estivermos de acordo fazemos a discussão e tomamos as posições, só que não implica uma votação que seja deliberativa para o órgão executivo da Câmara Municipal. De acordo?

Quando se quer uma votação propõe-se atempadamente com quatro a cinco dias de antecedência, apresenta-se uma proposta de deliberação para entrar na ordem do dia.

Relembrando isto, para não haver mais deslizes, reconheço que há uma expressão no nosso Regimento que vem do passado e que diz “*votação de moções*” quando na realidade deveria dizer “*apresentação de moções*”, sei que isso é prática corrente nas Câmaras e ninguém liga a isso, mas chamo a atenção que este é o quadro legal que temos, não é novo e não é surpresa, mas pretende precisamente evitar aquilo que já expliquei na reunião anterior, evitar deliberações surpresa, decisões surpresa, que não estão preparadas, que não são conhecidas, mas depois vota-se.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Começaria por trazer um assunto que tem vindo na comunicação social e que nós temos tido conhecimento através de troca de comunicados e nas redes sociais. Tenho há minha frente um comunicado da Câmara Municipal, o qual quero deixar claro que os vereadores do Partido Socialista, para além de não se reverem no conteúdo nem na forma, porque entendemos que a forma em que a linguagem utilizada neste comunicado não se deve aplicar na atualidade, naquilo que são as regras instituídas nas relações entre o patronato, os sindicatos e os trabalhadores, para além de que este comunicado foi feito sem o nosso conhecimento e foi assinado pelo executivo. Entendemos que não tivemos conhecimento, não fomos contactados, não tivemos participação neste comunicado e como também somos executivo da Câmara Municipal, deixamos claro que não nos revemos no mesmo, nem na forma nem no conteúdo, para além das considerações que já fiz, naquilo que entendemos serem as relações entre a entidade patronal, os trabalhadores e os sindicatos. Por essa razão gostaria de dar oportunidade à responsável pelo pelouro ou ao senhor Vice-Presidente para poder neste órgão, que é o órgão onde estamos todos e que todos devemos ter conhecimento daquilo que se está a passar, se é que alguma coisa se passa que não esteja dentro daquilo que é a lei e as regras instituídas nas relações de trabalho, para o poderem fazer aqui e esclarecerem todo o executivo, pela primeira vez e em reunião de Câmara, aquilo que efetivamente se está a passar entre a Câmara Municipal e os seus trabalhadores que estão de baixa médica, que julgo ser por doença profissional. Não sei se são todos, mas nós o Partido Socialista não temos conhecimento, nem da reunião nem do

que se passou na reunião, nem do comunicado que foi feito, não sei por quem e que vem assinado pelo executivo. Só ontem tivemos conhecimento do mesmo através da comunicação social, das redes sociais e dos e-mails que foram enviados para o gabinete da vereação do Partido Socialista, já com o comunicado feito e assinado e onde nós não tivemos participação. Temos reparado, assim como a população que vive na cidade, que as viaturas de recolha dos resíduos urbanos da marca Volvo deixaram de fazer a recolha do mesmo na cidade. São viaturas que foram adquiridas pela Câmara Municipal e neste momento voltamos a ver as viaturas da empresa EGEO a fazer a recolha.

Gostávamos de saber se há alguma razão, para que essas viaturas de recolha do lixo não estejam a desempenhar a função para que foram adquiridas, se é por um motivo técnico ou outro.

Gostaríamos de saber e ser esclarecidos sobre essa questão.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Muito rapidamente, em primeiro lugar duas matérias, uma delas é comum àquela que foi colocada pelo vereador Fernando Paulino, ainda que a minha pergunta não seja de forma igual, mas sim até devido à mediatização do tema, pergunto se pode prestar alguma informação no que diz respeito à notícia que dava conta que tinha havido conversas com trabalhadores que estavam de baixa médica e soube que tema e de que forma é que incidiram essas conversas?

Também devido ao mediatismo do tema e porque também já foi aqui discutido, no que diz respeito àquilo que foi notícia, que dava conta dos abates de sobreiros. Gostaria de saber se porventura tem informação sobre essa matéria ou se o que veio a público não está correto e se está correto, porque não foi do conhecimento da Câmara?

Dar conta nesta reunião de Câmara, aquilo que tem sido alguma incidência da nossa parte e algum estudo sobre esta matéria, no que diz respeito à decisão que o município de Setúbal tomou relativo ao corte de trânsito. É muito importante que para decisões como esta, de corte de trânsito de acesso às praias, tenhamos toda a fundamentação correta, porque é fundamental. Nesse sentido quero colocar à apreciação nesta reunião de Câmara da regulamentação e alguns instrumentos jurídicos do qual foram análise não só da minha parte, mas também por parte de algumas pessoas do Partido Social Democrata e que levantam dúvidas sobre aquilo que é a eficácia do corte de trânsito no que diz respeito aos sítios competentes por onde passaram. Passo a explicar, procurando ler e se for caso disso, enviar esta informação por escrito ou até mesmo em forma de requerimento, se o acharem necessário. De acordo com o artigo 3º, do n.º 1, do Regulamento de Sinalização de Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar 22A/98, de 1 de outubro, alterado pelos Decretos-Regulamentares n.ºs. 41/2002, de 20 agosto e 13/2013, de 26 de junho, pelo Decreto-lei n.º 39/2010, de 26 de abril e pelo Decreto-Regulamentar n.º 2/2011, de 3 de março, "*A instalação de sinais de trânsito nas vias públicas só pode ser efetuada pelas entidades competentes para a sua sinalização ou mediante autorização destas entidades*". Nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea g), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, Regime Jurídico das Autarquias Locais, "*Compete à Assembleia Municipal em matéria de competência de apreciação de fiscalização, sobre proposta da Câmara Municipal aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município*". Quer isto dizer que a sinalização que seja colocada de acordo com esta legislação, que neste caso especificamente permita o corte de trânsito de acesso às praias, de acordo com o entendimento que eu estou a fazer, daí poder ser esclarecido nessa matéria, deverá passar pela reunião de Câmara e respetiva Assembleia Municipal.

Ainda sobre esta matéria, porque ela não pode ser colocada assim sem mais nem menos, fomos buscar jurisprudência. Se me permitem continuarei a ler para que possamos ter todos a mesma informação. Assim sendo darei conta que nesta questão e nesta competência, "*as câmaras municipais e assembleias municipais têm matéria total para decidir sobre colocação de sinais*". Entenda-se que há pareceres das CCDR sobre esta matéria, que remetem a competência regulamentar para a Câmara Municipal sem a obrigatoriedade de submeter a discussão pública, contudo há decisões dos tribunais que invalidam multas, quando verificado que o sinal em relação ao qual houve infração foi apenas autorizado pela respetiva Câmara

Municipal. Se quiserem posso ler um Acórdão, mas creio que não será necessário, do Tribunal da Relação de Coimbra, de 30 de outubro de 2013, dando um exemplo específico. Mas para não querer maçar os senhores vereadores não vou ler agora, mas se for caso disso posso enviá-lo por escrito mais tarde.

Nesta matéria o que é que eu quero colocar à apreciação? Sendo que aquela estrada foi transferida para o município de Setúbal e que a decisão, pelo que eu compreendi, foi tomada pelos serviços da Câmara Municipal, aquilo que a legislação vigente diz é que não pode ser tomada pelos serviços da Câmara Municipal, mas sim pelo respetivo órgão executivo e depois mais tarde deliberado, a Assembleia Municipal, a não ser que ela não seja da competência desta Câmara Municipal, porque essa estrada está apenas cedida.

Esta é uma matéria que queria questionar, para que mais tarde não sejamos confrontados, uma vez que suscitam estas dúvidas face à legislação vigente.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Dar algumas respostas em relação a duas questões que foram colocadas.

Em relação às viaturas, tivemos que alugar duas viaturas a uma empresa por questões de gestão da nossa frota. Apenas as viaturas foram alugadas, o serviço é prestado pela Câmara com motoristas da Câmara e com trabalhadores da Câmara para a recolha. É uma questão de aluguer das viaturas.

Em relação a Pinhal de Negreiros e às notícias que vieram a público no “Setubalense”, aquilo que nós sabemos é exatamente aquilo que o senhor vereador sabe, sabemos tal e qual o que está no “Setubalense”, porque a Câmara não foi notificada em relação a nenhum processo.

Como já tinha dito aqui, os abates daquelas árvores foram feitos de acordo com a autorização do ICNF. Chegou-se à conclusão que tendo em conta aquele terreno, foram feitos menos abates do que inicialmente estavam previstos. Estamos a fazer um relatório relativamente a toda a intervenção foi feita naquela área. Como vocês sabem, aquilo foi alvo de uma hasta pública e foi feito por uma empresa externa. Estamos em fase final desse relatório, mas não nos conseguimos pronunciar sem sabermos exatamente qual é que é o problema e estamos a aguardar porque o ICNF não notificou a Câmara de nenhuma inconformidade, ou de nenhum problema e caso nos notifique nós iremos certamente verificar em concreto qual é que é a questão e responder o ICNF. Também me comprometo, caso a Câmara seja notificada, em trazer aos senhores vereadores e a esta Câmara a questão.

Sr. Vereador Fernando José – Relevando duas questões, sendo que a primeira vem na sequência da questão levantada pelo meu camarada Fernando Paulino que não terá sido respondida. A pergunta que foi feita tem a ver com as outras viaturas de marca Volvo, que estão por norma parqueadas em Poçoilos e que tem feito o serviço em Setúbal e bem, que há cerca de 15 dias deixaram de fazer esse serviço e deixaram de ser essas viaturas a percorrer o concelho de Setúbal. A pergunta que se faz é a seguinte: houve algum problema técnico com essas viaturas e qual a razão por se ter recolhido os serviços da EGEO?

Aquilo que se vê neste momento, são viaturas da EGEO a fazer recolha de tudo o que é lixo, de todos os resíduos sólidos. Parte dessas viaturas foram adquiridas em 2015 e deixaram neste momento de circular em Setúbal. Gostaríamos de saber se foi por algum problema técnico que essas viaturas tiveram. Foi essa a pergunta que foi feita e que não foi respondida. Obviamente que lamentando o comunicado de resposta da Câmara Municipal de Setúbal ao STAL. Lamentando desde logo, pelo facto de o comunicado ter sido enviado a uma “mailing list” pelo chefe de gabinete da senhora Presidente. Foi enviado para uma “mailing list” que nós queremos ter acesso, para que o senhor chefe de gabinete faça uma retificação, uma emenda àquilo que foi enviado ou terão de ser os vereadores do Partido Socialista a fazer essa mesma correção, uma vez que esse comunicado não vem assinado, vem no final desse comunicado escrito “em nome do executivo”. Como sabemos o executivo da Câmara Municipal de Setúbal é composto por todos os vereadores, os vereadores que estão em exercício de funções a tempo inteiro e aqueles vereadores que não estando exercício de funções a tempo inteiro, vêm aqui a reunião de Câmara, que normalmente são chamados

vereadores da oposição, nomeadamente do PSD e do Partido Socialista, os quais não tiveram conhecimento deste comunicado.

Este comunicado é enviado em nome de todo o executivo, significa que essa retificação tem que ser feita. É grave o facto de ter saído um comunicado para fora em nome de todo o executivo. Tem que se identificar quem são os vereadores que subscreveram este comunicado, porque os do Partido Socialista obviamente não subscreveram, não subscreveram neste comunicado nem se revê na forma como este comunicado foi feito, na forma e no conteúdo.

Ando no meio laboral em termos de negociação coletiva há muitos anos e nunca vi nada assim. Nunca vi nada subscrito, só faltou mesmo dizer neste comunicado, que este sindicato é um sindicato de comunistas! É lamentável!

Obviamente que não me cabe fazer aqui a defesa do STAL, no entanto O STAL é um dos sindicatos mais respeitados na atividade sindical a nível nacional. É um dos sindicatos de referência a nível da atividade sindical e aquilo que aqui está escrito no comunicado, chama o sindicato de retrógrado e de incendiário. Isto é algo muito grave, é algo que nunca deveria ter saído, porque não contribui em nada para estreitar as relações entre a Câmara Municipal enquanto entidade empregadora e o STAL enquanto associação sindical na defesa dos trabalhadores.

Para terminar há duas perguntas que têm que ser feitas e essas perguntas têm que ser clarificadas, porque os vereadores do Partido Socialista não sabem.

Não sabem qual é que foi fundamento para a convocatória dos trabalhadores. Não venham dizer que foi um convite, porque não houve convite nenhum, houve uma convocatória dos trabalhadores para virem a uma reunião. Aquilo que se quer saber é: Qual é que foi o fundamento que a Câmara Municipal teve para convocar os trabalhadores de baixa médica, para virem a essa reunião de Câmara com a senhora Presidente?

Qual é que foi o objetivo e qual é que foi o alcance dessa mesma reunião?

Aquilo que estamos aqui a falar é algo de muito grave!

Convocar um trabalhador que está de baixa médica para vir a uma reunião na Câmara Municipal de Setúbal e supostamente para lhe fazerem determinadas propostas, é algo muito grave e é aquilo que queremos aqui ser esclarecidos.

Em termos de comparação daquilo que foi o comunicado do STAL e o comunicado do Município de Setúbal ou de alguns vereadores da Câmara de Setúbal, não os do PS nem os do PSD, dizer que acredito mais em meia palavra, em termos das ofensas que foram feitas a uma dirigente sindical, daquilo que está no comunicado do STAL, do que nas mil palavras que estão no comunicado da Câmara Municipal de Setúbal. Tenho a certeza absoluta que a dirigente sindical do STAL foi efetivamente ofendida e humilhada nessa reunião.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Gostaria de partilhar com o restante executivo da Câmara Municipal nesta reunião pública, com uma apreciação que temos vindo a fazer, no acompanhamento que fazemos do trabalho que vai sendo desenvolvido nas escolas, nos agrupamentos de escolas de Setúbal e de escolas não agrupadas. Acompanhando os dados que já detínhamos e que, entretanto, foram publicados recentemente na comunicação social, sobre uma melhoria dos resultados, nomeadamente na melhoria do sucesso educativo que foi publicitada nas últimas semanas. Gostaríamos de partilhar convosco que é algo que é observável no conjunto das avaliações que vão sendo feitas dos projetos educativos. Há dados relativamente a taxas de retenção, ao hiato das médias das notas que são atribuídas na aprovação com as médias das notas nacionais e esse hiato tem vindo a ser reduzido quando é inferior, sendo que em alguns casos afasta-se positivamente das médias nacionais. Naturalmente que há ainda muito trabalho a fazer, mas não poderemos deixar de fazer esta valorização, porque ela corresponde ao trabalho que é desenvolvido nas escolas, ao trabalho de todos os educadores, de todos os trabalhadores que contribuem para a educação das nossas crianças e jovens, passando pelos educadores de infância, professores, todos os auxiliares e naturalmente as famílias dessas mesmas crianças que também dão esse contributo. Queria fazer essa valorização, porque não nos precipitamos na análise e na

antecipação do que são os efeitos das políticas que surgem, quando se decidiu no início desta legislatura romper com premissas e com um projeto educativo, que de alguma forma era penalizador e de exclusão em que terminaram os exames do 1º e dos 2º ciclos. Procurou-se valorizar no projeto educativo, o trabalho de grupo, a aprendizagem na sala de aula e fora da sala de aula, o trabalho colaborativo dos estudantes. Uma política muito importante que também não pode deixar de ser valorizada neste momento é a atribuição de manuais escolares, que começou pelo 1º ciclo do ensino básico e no próximo ano letivo vai ser alargado ao 2º ciclo do ensino básico, generalizado a todas as crianças das escolas públicas. Também aqui tem algum pequeno contributo para este movimento. Pensamos que o trabalho que o executivo da Câmara desenvolveu, nomeadamente no mandato anterior, contribuiu de alguma forma para a este próprio ambiente e para este percurso. Não tendo esse reflexo direto, porque concretizou-se durante este ano letivo, mas, com certeza que a política iniciada no início do ano letivo que termina agora, de distribuição pelos alunos das escolas públicas do 1º ciclo, dos livros de fichas, também dá um pequeno contributo para estes resultados. Sabemos que as várias iniciativas e projetos educativos que apoiamos e contribuímos em Setúbal também dão esse contributo, desde as bibliotecas, ao desporto escolar, nomeadamente às iniciativas do desporto que a divisão de Desporto da Câmara apoia, na Cultura, no arquivo, na realidade é um conjunto de iniciativas municipais que em Setúbal dão esse contributo.

Estamos atentos, mas há ainda assim resultados que nos deixam bastante insatisfeitos e iremos prosseguir o nosso trabalho, para contribuir e criar o ambiente que permita à escola contribuir para o sucesso educativo das nossas crianças e jovens.

Esperemos que toda a instabilidade que decorre neste momento no final do ano letivo tenha o seu termino por via do acordo das negociações, que necessitam e que há muito deveriam estar concluídas, vendo valorizar as carreiras dos professores e que o início do próximo ano letivo possa decorrer com o mínimo prejuízo possível, contribuindo assim para o caminho do sucesso educativo que todos pretendemos.

Sr. Vice-Presidente – Esta intervenção é oportuna, se bem que nós saibamos todos que os resultados escolares, as melhorias e as evoluções dependem às vezes muito mais das modificações constantes da política educativa, porque mudam currículo, mudam horários, há conflitos com os professores e isso tem impactos no desaproveitamento escolar, de ano para ano letivo.

Estamos pouco habituados a sublinhar aquilo que de bom acontece, as boas evoluções e os bons resultados, mas quando eles se revelam menos bons, são logo postos em grande exposição, como aconteceu o ano passado. Foi precisamente com os resultados da "Infoescolas" que se fez aqui um caso político sobre os resultados de alguns anos do 1º ciclo, que não tinham sido tão bons. É justo que a noção de que há um contributo do pelouro da educação, das intervenções do município na gestão das escolas e até um pouco na gestão pedagógica possam contribuir para uma melhoria de resultados de forma sustentada.

Quanto aos restantes temas, às faltas de respostas que estão aqui solicitadas, vou responder exatamente com os dados que tenho e com aquilo que é possível, que me parece que é a colocação correta das questões.

Quanto à questão STAL/Câmara, STAL/Presidente, STAL/discussões e comunicados, o melhor é ir à questão de fundo. Gerou-se uma celeuma que é público, porque a Câmara Municipal estava a convocar os trabalhadores como se de uma chamada se tratasse, para se apresentarem no local de trabalho os trabalhadores que se encontravam de baixa. Como é fácil de entender nenhuma entidade patronal por mais retrógrada que seja, muito menos uma Câmara, chama os trabalhadores que estão com baixa por doença, para se apresentar ao trabalho, para qualquer coisa. Isso não aconteceu! Tal como algumas conversas com os trabalhadores nos locais de trabalho, que no final do ano já vinham sendo feitas, temos que tentar melhorar estas coisas e acertar as incapacidades das pessoas com as disponibilidades e a sua melhor ocupação para o trabalho. A senhora Presidente pediu que se contactassem os trabalhadores que estão na situação de baixa, sobretudo baixa prolongada, não é baixa de

poucos dias, de chamadas baixas repetidas, porque os Recursos Humanos se têm queixado, alertando para a situação terrível, com efeitos económicos tremendos. Isto acontece na economia privada, mas também na Administração Pública, a ineficácia absoluta dos sistemas de controlo da doença profissional e das doenças com as juntas médicas, que se arrastam durante anos. Há trabalhadores com 4 anos à espera de junta, na classificação de doença profissional temos trabalhadores com 5 anos à espera da classificação. Há situações de falta de resposta do sistema de verificação de doença, que são uma coisa alarmante. Isso era para onde nós devíamos de estar a canalizar os nossos esforços, para bater o pé, e dizer que tudo isto deve ser modificado, tem que haver uma verificação mais célere da situação de doença, quer de doença natural quer doença por baixa e tirar daí as conclusões. Raramente o grau de incapacidade é determinado à primeira ou à segunda junta médica, depois varia de 3%, 4% ou 10%. Neste quadro a senhora Presidente quis centrar a situação das pessoas, porque há situações diferentes como sabemos. A certa altura houve uma alteração do regime da Segurança Social e passou-se a ter que admitir os trabalhadores no regime da Segurança Social geral e isso teve efeitos imediatos, em vez dos trabalhadores estarem na ADSE, passaram a estar na Segurança Social. Pela primeira vez os trabalhadores da função pública, em vez de receberem o seu salário, quer estejam em baixa por doença natural, recebem apenas 75% do salário. Há trabalhadores que vieram a esta reunião com as lágrimas nos olhos e colocaram as lágrimas nos olhos a todos os que estavam presentes.

Não se escreveu carta a ninguém, pediu-se aos Recursos Humanos para contactarem as pessoas para poderem comparecer, tudo isto foi feito de um dia para o outro. Veio quem quis vir. A primeira coisa que a Presidente da Câmara disse aos trabalhadores foi, *"Atenção, não está aqui ninguém obrigado, está aqui quem tem disponibilidade para vir e quem está disposto a dizer como é que se sente. Quem quiser ir embora pode-se ir já embora"*. Nessa reunião estava eu, o chefe divisão dos recursos humanos, o chefe de gabinete da Presidente, estavam várias pessoas que puderam testemunhar tudo isto. De fio, a pávio a reunião decorreu num tom absolutamente humano, como não podia deixar de ser, olhando para a situação da maioria das pessoas que já estão há muito tempo de baixa e que se vêm sem condições. O sentido que lhe deram, de querer caçar as pessoas que são mandrionas, que é o que está subjacente à polémica que se levantou, é uma ideia mal-intencionada. A Presidente apenas perguntou *"Então e quando vocês acabarem a baixa, como é que agente resolve?"* Nós temos tantas adaptações a fazer, nós temos um problema crónico, temos graus de incapacidade em população ativa em certos setores. Às vezes nem são nos serviços mais pesados que têm maior grau de baixas ou de incapacidades, os espaços verdes têm muitos, está toda a agente à espera de doença profissional, sendo as tendinites a doença mais crónica que há, as pessoas de facto não podem trabalhar.

Essa questão que o vereador Fernando José utilizou de fazer propostas aos trabalhadores. Curiosamente a questão foi colocada. As palavras da Presidente foram as seguintes, *"Então e você, quando acabarem a baixa o que é que gostariam de fazer?"*, *"Então e se for para o jardim ou para fazer vigilância num determinado sítio, achava que isso era bom?"* Foi exatamente neste tom! A conversa durante todo o tempo foi cordialíssima, quem quis expôs o que gostaria de fazer depois da sua situação resolvida. Houve quem dissesse que já não iria voltar a trabalhar mais, porque a sua situação de doença não dava para isso. O que se passou foi uma conversa para ver o estado das pessoas e repetidamente foi-lhes dito para não se sentirem constrangidos. Quem não quisesse falar perante outras pessoas não era obrigatório fazê-lo. Houve várias pessoas que disseram que iriam falar no final da reunião com a Presidente e na realidade foram cerca de sete pessoas que depois falaram pessoalmente com a Presidente, porque não se quiseram expor na frente dos outros.

Fui sindicalista durante muitos anos e sei o que é o trabalho, na relação de trabalhadores com entidades patronais. Também é verdade, que conscientemente pelo menos, nunca utilizei métodos de empolar as coisas para obter resultados, mas percebo que quando se diz, *"por fora os trabalhadores foram convocados"*. Basta um trabalhador receber uma chamada, liga para o seu delegado sindical e denuncia a situação. Claro que o STAL mencionou isto à União dos Sindicatos e eles disseram logo que a entidade patronal não o podia fazer. Claro

que não podem! As entidades patronais empregadoras na Administração Pública não podem convocar os trabalhadores para se apresentar ao trabalho, quando estão de baixa por doença. Só que isto não aconteceu, fazer interpretações do modo como as coisas são feitas! Eu estou a falar porque presenciei, testemunhei, sei o que é que foi feito. Não é legítimo a ninguém fazer presunções abusivas do modo e das intenções. Juízos de intenção sobre aquilo que não testemunharam, que não conhecem e em que não participaram, é lamentável, porque é muito fácil de o fazer. É muito fácil de atirar para a opinião pública problemas deste tipo.

Algum trabalhador se queixou?

Algum dos trabalhadores que cá veio disse que tinha sido pressionado pela Presidente?

Algum trabalhador pode dizer que foi obrigado para vir trabalhar e abandonar a baixa?

Esta é a questão de fundo!

Quanto à questão do comunicado. Admito que os senhores tenham razão de estar a dizer isso. Não terão razão se entenderem a questão prática das coisas. Normalmente quando se fala no executivo são aqueles que estão com funções executivas, não é para implicar todo o executivo de uma decisão que não houve. A Presidente não precisa disso, esta maioria não precisa disso, temos uma maioria larga e não precisamos de estar a implicar a oposição. Não se pensou sequer nisso, admito que tenha havido um descuido de linguagem, mas não foi para implicar todo o executivo numa posição que não era a dos membros da oposição. Era o executivo no sentido em que são os membros do executivo, que estão com funções executivas. É como nas administrações, há os executivos e os não executivos. Aqui são os que têm funções executivas, têm pelouros atribuídos e estão a tempo inteiro, a que normalmente trata-se por executivo. Reunião do executivo é a terminologia que usamos, são os vereadores que estão com funções executivas. Pode-se dizer que isso é um pouco abuso, uma usurpação da designação do órgão executivo, no comunicado fala no órgão executivo que é a Câmara Municipal. Tudo bem, compreendo a vossa chamada de atenção, mas não teve um intuito de comprometer, porque nem sequer a maioria precisava de implicar os outros membros da Câmara, como do executivo maioritário se tratasse. É no sentido do executivo maioritário, julgo que se entende facilmente.

Quanto às restantes questões, surpreende-me pelo modo como é apresentada que é das viaturas de recolha de resíduos sólidos urbanos. Ela é apresentada como o problema dos Volvos. Vou falar sobre isto, porque a Vereadora Carla Guerreiro estava de férias e o Diretor de Departamento colocou-me a questão, temos os carros “a cair” e estamos já só com quatro viaturas. Os senhores chegam aqui e perguntam-me pelos Volvos. Eu sei lá se eram Volvos, se eram MAN! Apenas sei que houve carros que foram para a oficina com avarias e que os deixámos de os ter, nomeadamente para fazer a recolha ao Portinho, porque é preciso uma viatura pequena e foi essa a questão que me foi colocada. A questão em situação de Verão e de emergência e teve a resposta que é habitual, “vamos contratar”. Quando há uma necessidade e não temos tempo, não há nenhuma garantia de voltar a pôr as máquinas ao serviço após a reparação, vai-se à procura de aluguer de viatura. Isso passou-se nas férias da vereadora Carla, por isso ela não explicou e a decisão foi minha. Não sei se eram Volvos se outra coisa qualquer, mas eram viaturas que estavam inoperacionais por avaria.

Estou a perceber nas vossas caras que suspeitam que há outra coisa e deixam-me curioso. Não?

Então acreditam nesta versão?

Esta é a versão que levou a uma decisão. Fico curioso com os vossos sorrisos, pelo qual tem alguma coisa especial em relação aos Volvos.

Sobre os sobreiros está dito, há licenças e o vereador já respondeu, não vou falar mais nisso. Sobre as questões do corte de trânsito e a deliberação municipal. Senhor vereador Nuno de Carvalho agradecia-lhe que pudesse dar essas referências legais e entregar à Câmara para que o Departamento da Divisão de Transportes pudesse apreciar isso e enquadrar as coisas, porque pode haver alguma coisa que tenha que ser revista. Pareceu-me que a tese fundamental que colocou, é de que não houve deliberação de Câmara para as medidas excecionais que foram tomadas, na delimitação de circulação. Está enganado, o programa

das praias todos os anos tem vindo a reunião de Câmara. Não sei se o senhor vereador estava nessa reunião em que foram deliberadas e votadas as medidas preventivas, as medidas temporárias de condicionamento de circulação para as praias? Foi trazido aqui o plano de circulação na época balnear, como habitualmente vem todos os anos. Não se recorda de eu ter dito "*Tivemos azar, porque era preciso um período de discussão pública, lançámos primeiro o regulamento do parque tarifado sem trazer isto enquadrado no plano de contingência na circulação na época balnear*"? As medidas que estão aplicadas no terreno são as medidas que foram deliberadas em reunião de Câmara. Não há dúvida sobre isso! Se há um quadro legal que não terá sido tido em conta, não tenho essa suspeita por parte dos serviços. Quem tratou disto fê-lo com conhecimento técnico que tem, vendo os aspetos legais que havia para cumprir e estamos na perfeita convicção de que foram cumpridos.

Julgo que terei passado em revista as questões que tinham ficado pendentes.

Ainda antes neste período, porque é um assunto de interesse geral para o município, gostava de deixar uma referência, porque julgo que mais à frente iremos continuar a discutir este assunto em Setúbal, que é a questão da plataforma apresentada como "*Plataforma para o Desenvolvimento*" e que eu conhecia como o "*Movimento Pensar Setúbal*", que tem andado a levantar mais uma vez a tese de que a Península de Setúbal é muito pobrezinha, chegando agora a uma conclusão estatística, que para mim é surpreendente. Posso ser o maior leigo em estatística, posso ser o mais desinformado em condições sociais, em riqueza das populações e bem-estar das populações, mas não consigo acreditar que a Península de Setúbal seja a quarta sub-região mais pobre do país. Não deve ser verdade, não acredito! Se me disserem "*produto interno bruto per-capita*". Uma grande parte das pessoas em toda a Península de Setúbal está a fornecer população. Não é só deste ano, trata-se de um documento histórico, que refere que Lisboa Oeste tal como Lisboa Oriental fornece população trabalhadora para a grande capital. As pessoas residem aqui, mas trabalham lá e ganham o seu vencimento. Curiosamente o rendimento das famílias não é um dado que fosse apresentado como relevante e esse parece-me que sim. O produto interno não vai ao bolso dos trabalhadores e da população toda, o produto interno vai na margem do lucro dos proprietários das empresas. A distribuição do rendimento nos salários é que vai ao local onde as pessoas residem e aí pode-se contabilizar esse rendimento. As qualidades do poder de compra também não as vi calculadas!

É grave de mais andar a vender a ideia do miserabilismo da Península de Setúbal, que é falso!

Não é a quarta sub-região mais pobre do país! É falso!

Quem nos dera que fosse a primeira mais desenvolvida, mas também não é.

Acham que é mais pobre que o Alentejo Norte?

É mais pobre que a Beira?

É quase a mais pobre de todas as regiões?

Não é argumento que se tenha para conseguir ganhar uma posição, que todos podemos considerar legítima, que deveria ter uma classificação para a atribuição de fundos comunitários, que não devia ter sido aquela que o Governo PSD em 2013 obrigou a Península de Setúbal a assumir. Foi um Governo do PSD e agora as pessoas do PSD, caídas não sei de onde, sobre esta matéria, andam a dizer "*Nós queríamos mais subsídios da comunidade europeia*". Então, porque é que os retirou? Foi o Governo de Passos Coelho, foi o PSD! Nós contestámos isso na altura! Ninguém se lembrou?

Agora a vem o tema ao de cima, julgo que isto merece que nós façamos um estudo em contraponto com estas apresentações que têm sido feitas. É legítimo que se exija uma reclassificação e a Península de Setúbal tem interesse nisso. Até se é possível não fazer coincidência com as delimitações administrativas, acho que sim, mas não é à custa desta ideia de miserabilismo! Como nós não recebemos subsídios isto é uma miséria pegada. Não sei se os senhores não estão de acordo com isso, julgo que merecia alguma análise dos dados estatísticos das condições sociais, de rendimentos das pessoas e das famílias, comparando as coisas equilibradamente com o produto interno.

Mesmo em termos de produto interno bruto, nós temos uma península da Mitrena com aquela capacidade produtiva, temos uma Secil do outro lado, quem é que vai acreditar que de todas as sub-regiões do país, esta esteja em quarto lugar em pobreza a contar do fim?

É possível isto?

É lamentável!

Não é preciso entrar com argumentos miserabilistas para conseguir ganhar posições de mais subsídios. Queremos mais apoios, no entanto devemos de tratar as coisas de forma frontal e correta.

Sr. Vereador Nuno de Carvalho – Com certeza que irei enviar por escrito, esperando que a resposta possa ser expedita, relativamente à interdição de trânsito no acesso às praias da Arrábida. Espero também que possa ser o mais breve possível, a resposta às questões que foram colocadas por requerimento. Aproveitarei e farei isto também em forma de requerimento, uma vez que já foi feito algum tempo a pergunta, no que diz respeito às tais medidas preventivas e ainda não conhecemos em detalhe toda a documentação que suportou essas decisões, relativamente ao corte de acesso às Arrábida. É impossível os vereadores, mesmo não sendo oposição que possam participar, lançando propostas na melhoria do acesso às praias, se não tiverem toda a documentação. Sublinho esta questão, porque já há muito tempo que pedi e trata-se apenas de fornecer documentação.

Foi feito o requerimento no que diz respeito àquilo que foram as condições na altura detetadas de falta de segurança, no que diz respeito à Praia da Saúde e Parque Urbano de Albarquel. Já tinha colocado essa questão, foi aqui debatido até retirei de uma moção, presumo que estejam à procura desse estudo, desse documento. Por muito incipiente, por muito fraco que seja, ainda que seja só um indício, é suficiente. Um indício de um perigo é sempre um indício de um perigo, mas esse ele existe deve ser fornecido e já há muito tempo que não vem.

Sobre os comentários que fez sobre o Governo de Passos Coelho, confesso que não sei se nos devemos dedicar ou perder muito tempo nisso. Temos um Governo não é suportado pelo PSD não é suportado seguramente por mim, é suportado pela CDU, é um Governo com pessoas do Partido Socialista, é um Governo que tem pessoas do Bloco de Esquerda, não sei se tem do PAN e é uma matéria que atualmente está nas mãos de quem suporta o Governo e vocês têm um debate de orçamento de Estado. Se quer levar esse debate, leve-o para a Assembleia da República, fazê-lo aqui no que diz respeito àquilo que é a comparação da região de Setúbal, só o tenho a acompanhar uma questão que é, "*Todos devemos trabalhar para a região de Setúbal ser mais rica*", é isso que a nós localmente nos compete, nada mais. Se eu lhe tivesse que responder estaria a desvirtuar aquilo que é o nosso propósito. Acho que aí até estamos todos juntos, todos queremos que a região de Setúbal seja muito mais rica e que aproveite aquilo que tem.

Volto a sublinhar os pedidos que fiz e espero que possam ser expedidos com mais celeridade, tenho muitos requerimentos que estão feitos e não são respondidos, não é postura que se tenha.

Devo sublinhar outra coisa, o senhor Vice-Presidente nesta Câmara várias vezes faz comentários, dizendo que o executivo delibera as moções, isto, aquilo e aquele outro, temos que ser rigorosos, não podemos ser displicentes com uma questão e rigorosos com outras. Se assinou como executivo esclareçam que não foi o executivo. Compreendo a questão que diz, "*é uma mera questão de palavra*", mas então esclareçam que não foi o executivo. Eu não faço parte da política da CDU, a maioria não precisa do PSD para fazer parte da política da CDU e esclareçam que nós não fazemos parte.

Sr. Vereador Fernando Paulino – O Partido Socialista entende que a questão levantada pelo vereador Nuno de Carvalho é pertinente. É pertinente porque temos que perceber se a interdição de acesso às praias é uma medida política suportada pelo órgão competente. Nós associamos a esta intervenção e queremos também ser esclarecidos, saber se a Câmara Municipal tomou a medida correta relativamente a essa questão.

Quando fazemos recomendações, o senhor vice-presidente e a senhora Presidente dizem sempre “*Recomendação ao próprio executivo não faz sentido*”. Então também não faz sentido a apreciação que o senhor Vice-Presidente fez sobre a questão do comunicado de ser o executivo.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Para pedir um esclarecimento do senhor Vice-Presidente, se alguma vez foi discutida na Câmara ou se a Câmara tomou alguma medida de interdição do acesso às praias. Foi aqui afirmado pelo senhor vereador Fernando Paulino agora mesmo. Das medidas de interdição de acesso às praias eu não conheço, é uma questão que gostava de ver esclarecida.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Eu disse que foi uma decisão política tomada pela Câmara Municipal, não disse que tinha sido a CDU.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse “*de interdição de acesso às praias*”, pode ouvir na gravação se quiser.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Se tem uma cancela!

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Gostava de saber se existe alguma política de interdição de acesso às praias neste município.

Sr. Vereador Fernando José – Sim, através de viaturas próprias.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Há uma decisão, há um sinal de trânsito, há uma baia!

Sr. Vice-Presidente – As medidas de facilitação do acesso às praias, controlo do trânsito e redução de riscos foram tomadas em reunião de Câmara, não sei se o senhor vereador Nuno de Carvalho e simultaneamente o senhor vereador Fernando Paulino estiveram ausentes nessa reunião. A documentação foi apresentada e votada em reunião de Câmara, relativo a essas medidas, incluindo a limitação de viaturas individuais ligeiras entre a Figueirinha e o Creiro, que se encontra nesse plano de circulação. O documento técnico existe.

Sr. Vereador Nuno de Carvalho – Senhor Vice-Presidente, desculpe interrompe-lo, acho melhor ler o requerimento. Isto também tem que ir à Assembleia Municipal, não vale a pena insistir assim tanto. Veja o requerimento para ter toda a informação, porque é melhor e depois responda com celeridade.

Sr. Vice-Presidente – Formulo o seu requerimento, analisaremos e iremos ver o que é que tem que ser feito ou o que é que não tem que ser feito. Não podemos deixar fechar a discussão fazendo de conta que não foi a Câmara que tomou a deliberação das medidas de circulação na época balnear. Não foi o executivo à parte da câmara, foi a Câmara em reunião pública, em deliberação própria. Foi o órgão competente para a tomar, se tem que ir à Assembleia ou não, nós analisaremos se há alguma falha sobre isso.

Queria esclarecer para deixar os ombros aliviados do senhor vereador Nuno de Carvalho, do senhor vereador Fernando Paulino e dos restantes membros da oposição. Na subscrição daquele comunicado, onde diz “*executivo*” não consideramos e ficamos com a exclusão assumida dos senhores vereadores da oposição, que não discutiram e não votaram nenhuma tomada de posição. Fica aqui declarado que os senhores vereadores do Partido Socialista e o senhor vereador do PSD não subscreveram e não são parte na tomada de posição que ali está colocada naquele comunicado. Não era essa a intenção e não custa nada deixar isso esclarecido.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 10.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. **Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. **Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. **Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 20 de junho de 2018.**
 - 2. **Deliberação n.º 214/18 – Proposta n.º 04/2018 – GATUR – Fixação de preços de produtos detidos pela autarquia na Feira de Sant'Iago 2018.**
 - 3. **Deliberação n.º 215/18 – Proposta n.º 05/2018 – Isenção de taxas de cedência de stand em área institucional na Feira de Sant'Iago 2018.**
 - 4. **Deliberação n.º 216/18 – Proposta n.º 52/2018 – DAFRH/DIGEF – 8.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 7.ª ao Plano de Atividades Municipais e 7.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
 - 5. **Deliberação n.º 217/18 – Proposta n.º 55/2018 – DAFRH – Procedimento de contratação de empréstimo de médio e longo prazo – Orçamento 2018 – Proposta de adjudicação.**
 - 6. **Deliberação n.º 218/18 – Proposta n.º 05/2018 – GAF – Acerto de verbas referente à área da limpeza de edifícios municipais. Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Setúbal e a União de Freguesias de Setúbal – 2018-2021. Artigo 3.º - “Limpeza de edifícios municipais existentes na União de Freguesias de Setúbal”.**
 - 7. **Deliberação n.º 219/18 – Proposta n.º 06/2018 – GAF – Acordo de Parceria para a execução de obras com a Junta de Freguesia de Azeitão. Requalificação dos Largos – Aldeia da Piedade e Vila Fresca de Azeitão.**
 - 8. **Deliberação n.º 220/18 – Proposta n.º 75/2018 – DCED/SMBM – Protocolo de Colaboração de Depósito de Bens Culturais móveis no Museu da Presidência da República – Palácio da Cidadela de Cascais.**
 - 9. **Deliberação n.º 221/18 – Proposta n.º 76/2018 – DCED/SMBM – Doação de obra de arte ao Município.**
 - 10. **Deliberação n.º 222/18 – Proposta n.º 77/2018 – DCED/DICUL – Apoio financeiro ao Clube Desportivo, Cultural e Recreativo da Gâmbia.**
 - 11. **Deliberação n.º 223/18 – Proposta n.º 78/2018 – DCED/DICUL – Apoio financeiro ao Grupo Desportivo Independente.**
 - 12. **Deliberação n.º 224/18 – Proposta n.º 79/2018 – DCED/DIDES – Matriz de apoio ao Desenvolvimento Desportivo 2018.**
 - 13. **Deliberação n.º 225/18 – Proposta n.º 11/2018 – GAVRO/DIEDU – Ação social escolar – Ano letivo 2018/2019.**
 - 14. **Deliberação n.º 226/18 – Proposta n.º 53/2018 – DAFRH/DIFAJ – Adoção de medidas relativamente ao estabelecimento “De Cor & Salteado” (empresa Nobres Pausas, Lda.), por incumprimento de disposições do Regulamento Geral do Ruído. RETIRADA.**
 - 15. **Deliberação n.º 227/18 – Proposta n.º 54/2018 – DAFRH/DIFAJ – Adoção de medidas relativamente ao estabelecimento “Cantinho da Azeda”, por incumprimento de disposições do Regulamento Geral do Ruído. RETIRADA.**
- C) Período destinado à intervenção do Público**

1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 20 de junho de 2018

Sr. Vice-Presidente – Antes desta votação queria dar uma breve nota sobre o que se passou nesta ata. Como repararam houve duas distribuições consecutivas. Uma primeira distribuição de que tinha as tais coisas a mais, depois de várias intervenções da minha parte que não iria haver votação.

Está transcrito na minha última intervenção para encerrar o assunto, que foi dirigida ao vereador Nuno de Carvalho o seguinte, “*Então nem quer consensualizar a falta de consenso?*” e com um ponto de exclamação no final da frase, está transcrito “*Não está posta a votação!*”. Apesar disso na embalagem do hábito surgiu na ata “*submetida a votação foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minuta*”. O grave disto é que depois passou para a comunicação social mais ou menos assim. A concelha do PSD fez o comunicado que eu li, não diz que foi votada e aprovada em minuta, mas surgiram dois jornais que passaram a seguinte frase “*Foi votada e aprovada em minuta*”. Como isso não aconteceu e dada a discussão prolongada que houve, chamei a atenção para que esta redação fosse vista com cuidado e acabou por não ser. A segunda distribuição corresponde exatamente ao que está gravado na ata e não está aqui nada mais transcrito como estava anteriormente. Foi retirar aquilo que não estava na transcrição da ata.

Chamo a atenção para outras coisas, que até por automatismo aqui do secretariado chegou ao fim e aquilo foi aprovado. Por isso tenho insistido na questão das deliberações, em que altura elas se fazem.

Também chamo a atenção, quando algum senhor vereador se ausentar por não querer participar ou não poder participar numa discussão ou votação, tem que se dirigir a quem dirige a reunião, dando a indicação de que não está presente. Nesta ata aparece aqui duas vezes uma ausência que eu não tive conhecimento na altura e naquele momento não dei por ela. Não deve ser assim, deve ser informado quem estiver a dirigir que há um vereador que se ausenta e que não vai participar, quer na discussão quer na votação.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Para fazer chichi é preciso pedir ao Presidente que está a dirigir?

Sr. Vice-Presidente – Senhor vereador Rabaçal para fazer chichi não é tradicional nem habitual os senhores vereadores pedirem, os senhores vereadores só declaram quando não querem votar alguma coisa dizendo “*Estou impedido de votar, não participo*”, às vezes ficam sentados e são considerados como se tivessem ausentes. Quando estão muitos vereadores a fazer chichi no decorrer das votações, às vezes esperamos que venham. Eu falei de ausências por não querer ou não poder votar.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Quando for fazer chichi tenho que ir ao ouvido do Senhor Vice-Presidente e dizer que vou fazer chichi?

Sr. Vice-Presidente – O que disse inicialmente e repeti agora mesmo, senhor vereador Fernando Paulino, quando um vereador ou vereadora (a igualdade de género também é importante), quando algum membro do executivo não quiser ou não puder participar na discussão ou votação, tem que o dizer que é para ser registado em ata. Normalmente quando se vai fazer chichi até é com pena, porque a discussão está tão emotiva que a gente quer cá estar sempre e é à pressa que a gente vai. Estão esclarecidos todos os chichis?

O Sr. Vice-Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem o voto da Sra. Vereadora Sandra Gomes, por não ter estado presente nesta reunião.

2. **Deliberação n.º 214/18 – Proposta n.º 04/2018 – GATUR – Fixação de preços de produtos detidos pela autarquia na Feira de Sant’Iago 2018**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 11 e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 9 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD.

3. **Deliberação n.º 215/18 – Proposta n.º 05/2018 - GATUR – Isenção de taxas de cedência de stand em área institucional na Feira de Sant’Iago 2018**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 12 e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 9 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD.

4. **Deliberação n.º 216/18 – Proposta n.º 52/2018 – DAFRH/DIGEF – 8.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 7.ª ao Plano de Atividades Municipais e 7.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 13 a 18, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

5. **Deliberação n.º 217/18 – Proposta n.º 55/2018 – DAFRH – Procedimento de contratação de empréstimo de médio e longo prazo – Orçamento 2018 – Proposta de adjudicação**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 a 23, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

6. **Deliberação n.º 218/18 – Proposta n.º 05/2018 – GAF – Acerto de verbas referente à área da limpeza de edifícios municipais. Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Setúbal e a União de Freguesias de Setúbal – 2018-2021. Artigo 3.º - “Limpeza de edifícios municipais existentes na União de Freguesias de Setúbal”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 24, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

7. **Deliberação n.º 219/18 – Proposta n.º 06/2018 – GAF – Acordo de Parceria para a execução de obras com a Junta de Freguesia de Azeitão. Requalificação dos Largos – Aldeia da Piedade e Vila Fresca de Azeitão**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 25, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. **Deliberação n.º 220/18 – Proposta n.º 75/2018 – DCED/SMBM – Protocolo de Colaboração de Depósito de Bens Culturais móveis no Museu da Presidência da República – Palácio da Cidadela de Cascais**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 e 27, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. **Deliberação n.º 221/18 – Proposta n.º 76/2018 – DCED/SMBM – Doação de obra de arte ao Município**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 28, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. **Deliberação n.º 222/18 – Proposta n.º 77/2018 – DCED/DICUL – Apoio financeiro ao Clube Desportivo, Cultural e Recreativo da Gâmbia**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 29, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

11. **Deliberação n.º 223/18 – Proposta n.º 78/2018 – DCED/DICUL – Apoio financeiro ao Grupo Desportivo Independente**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 30, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

12. **Deliberação n.º 224/18 – Proposta n.º 79/2018 – DCED/DIDES – Matriz de apoio ao Desenvolvimento Desportivo 2018**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31.

Sr. Vice-Presidente – Permitia chamar a atenção para o título destas propostas futuramente. O objeto desta proposta não é a matriz, porque a matriz já está definida, o objeto desta proposta são os apoios financeiros. Quando um dia se quiser fazer a busca do tema onde foram deliberados os apoios financeiros, não encontramos a proposta, porque ela chama-se

matriz. Isto é sobre decisão dos apoios financeiros no quadro da matriz de apoio ao desenvolvimento desportivo. Os apoios financeiros é que são o objeto.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

Sr. Vice-Presidente – Fez a seguinte declaração de voto: *“Isto é feito com transparência. Isto tem uma matriz, estão cá todos, vê-se para onde vai o dinheiro, vê-se se foram cumpridas as condições ou não. Não é como às vezes se diz por aí “como é que justificam isto ou aquilo”. Ora, cá está justificado, é através de uma matriz e ela cumpre-se!”*

13. Deliberação n.º 225/18 – Proposta n.º 11/2018 – GAVRO/DIEDU – Ação social escolar – Ano letivo 2018/2019

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 32, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 226/18 – Proposta n.º 53/2018 – DAFRH/DIFAJ – Adoção de medidas relativamente ao estabelecimento “De Cor & Salteado” (empresa Nobres Pausas, Lda.), por incumprimento de disposições do Regulamento Geral do Ruído RETIRADA

15. Deliberação n.º 227/18 – Proposta n.º 54/2018 – DAFRH/DIFAJ – Adoção de medidas relativamente ao estabelecimento “Cantinho da Azeda”, por incumprimento de disposições do Regulamento Geral do Ruído RETIRADA

Sr. Vice-Presidente – Vamos retirar estas propostas, depois de algumas discussões sobre os procedimentos, acabámos por chegar à conclusão de que podemos estar a errar no caminho. Estas medidas cautelares em domínio de infrações de ruído têm por lei a natureza de medidas urgentes. Presumem-se urgentes todas as medidas cautelares tomadas neste âmbito. A competência própria para todo o procedimento contraordenacional está diretamente atribuída à Presidente da Câmara. Está no quadro das competências materiais ou de funcionamento na Presidente da Câmara, que depois delega nos vereadores, por sua vez os vereadores podem delegar nos diretores dos respetivos serviços. Como estas medidas normalmente são de carácter urgente, apesar dos prazos de tratamento às vezes se alargarem, se não forem tomadas em tempo oportuno perdem a validade. Ter mais um motivo de espera, que é de 15 em 15 dias uma reunião de câmara, para uma medida urgente, quando há uma situação de grande ruído e isto acontece muito no verão, como é o caso de um karaoke, tem que se intervir de imediato. Pede-se que haja uma intervenção das forças policiais, pede-se que haja uma intervenção da fiscalização municipal e as medidas cautelares têm que ter efeito imediato, não podem esperar pela reunião de câmara. Por isso vamos retomar o procedimento para decisão no âmbito da competência da Presidente e das suas delegações, evitando que este tipo de proposta venha a reunião de Câmara. Quando for o caso de natureza mais pesada e mais definitiva, já se justifica, mesmo que a competência esteja na Presidente, que elas sejam tomadas por deliberação de Câmara. Fazemos isto para não criamos mais um entrave a eficácia destas medidas, por isso retiramos as deliberações n.º 226/18 e 227/18.

De acordo?

B) Período destinado à intervenção do público

Sr. Paulo Vieira – Estou a viver em casa emprestada e não tenho água canalizada. Vivo com um filho deficiente numa situação precária. Já entreguei o processo no Departamento de Habitação da Câmara e ainda não obtive resposta. Espero que os senhores me possam ajudar com o meu processo, para poder ter acesso a uma casa condigna, porque a qualquer momento podemos ser despejados, dado que existe uma dívida ao banco por parte da senhoria.

Sr. Vice-Presidente – Para além do processo que já deu entrada no Departamento de Habitação o senhor Paulo tem algum outro documento que queira deixar ao senhor vereador Carlos Rabaçal, para poder ver o seu caso juntamente com os respetivos serviços?

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Toda a documentação das candidaturas de pedidos de habitação são entregues no serviço de habitação, no edifício Sado e é lá que se deve dirigir para entregar toda a documentação de suporte. Se faltam documentos tem que os entregar na totalidade, porque se não o fizer não é sequer analisado o processo e isso é de lei. Depois será feito uma análise do processo e será informado da sua prioridade em sede de lista.

Sr. Augusto Cruz – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 33.

Sr. Ricardo Nilha – Gostaria de saber se havia a possibilidade de pintarem as passadeiras em toda a cidade, quer na Freguesia de São Sebastião quer da União de Freguesias, porque estão todas desaparecidas. A Av. Alexandre Herculano não tem pinturas no chão, a Praça Olga Morais Sarmento onde se colocou muitos pilaretes, as passadeiras estão a desaparecer. Por isso agradeço que a autarquia, já que tem feito muitas obras e fala que faz muitas obras, que faça convenientemente as obras nas passadeiras, porque os peões não andam com sinais verticais.

Sr. Vice-Presidente – Tomamos nota das suas observações pertinentes.

Sr. Gonçalo Santos – Estou aqui na qualidade de morador, resido na Rua do Bairro Rendeiro, n.º 2, e fiz um investimento nesta residência, para mim e para a minha família, neste momento sinto-me defraudado, porque abriu um restaurante onde anteriormente tinha a designação de loja. Quando comprei aquela habitação supostamente aquela fração seria para uma loja e neste momento está a funcionar um restaurante. Apresentei uma queixa escrita em dezembro de 2017, mas até à data a Câmara ainda não deu uma resposta escrita a essa mesma queixa. Expus a minha residência a um teste de ruído e durante três dias estiveram uns senhores a fazer a medição do som, o que me privou de dormir no meu quarto. Essa medição veio cerca de sete a oito decibéis acima do permitido. De momento a Câmara ainda mostra alguma resistência em atuar. Este estabelecimento fecha cerca de 1h/2h da manhã. Vivo com a minha esposa e mais três filhos menores e diariamente desloco-me para Lisboa, tendo que acordar cerca das seis horas e meia da manhã, significa que às 10h da noite preciso de descansar. Isto já vem há algum tempo e até à data não consigo descansar. Chamo a PSP e eles dizem que nada podem fazer e que a competência é da Câmara. Essencialmente gostava que a Câmara me desse uma resposta a esta minha queixa, caso não consigam fazer nada, avançarei para outras instâncias.

Sr. Vice-Presidente – A Câmara pode e vai fazer. Essa foi uma das propostas que estava agendada e ela vai ser acelerada. A PSP também não pode dizer "*que nada podem fazer*", porque é autoridade na matéria e pode tomar medidas imediatas, pode terminar com a imediata cessação do ruído no período diurno, mesmo sem outras intervenções. A Câmara

também o pode e vai fazê-lo, vai determinar as medidas cautelares que aqui estão previstas e vai imediatamente notificar o proprietário.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Sei que não é o período próprio, porque era antes da ordem do dia, mas queria que a Câmara Municipal registre a morte de António Reizinho, que foi um poeta popular de Setúbal. António Reizinho escreveu poemas para canções de vários grupos setubalenses, fadistas e outros. Um poeta popular muito conhecido em Setúbal e cujo funeral, salvo erro, foi hoje.

Não o fiz no início por falha minha, mas queria que ficasse registado em ata.

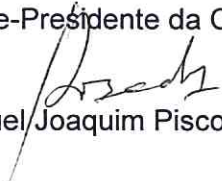
Sr. Vice-Presidente – Coloca-se no período de antes da ordem do dia e a nossa bancada associa-se a esse voto de pesar.

O Sr. Vice-Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezassete horas e quarenta e cinco minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Vice-Presidente da Câmara,


Manuel Joaquim Pisco Lopes

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 19 de setembro de 2018, por unanimidade, contém 18 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Vice-Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos


Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Vítor Marcos